

Sol Securitizadora S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 267TD-015-PB

Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações financeiras	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referentes ao período de 14 de agosto a 31 de dezembro de 2025	13



Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Sol Securitizadora S.A., acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao 14 de agosto a 31 de dezembro de 2025.

A Securitizadora reforça seu compromisso com a diversidade e a inclusão como pilares de sua cultura. Para garantir uma equipe que represente a sociedade brasileira e promover a igualdade, realizamos estudos contínuos para assegurar a equidade de gênero e raça, em conformidade com a Lei N° 15.177/2025.

O prejuízo do **período de 14 de agosto a 31 de dezembro de 2025** foi de R\$ 426 mil.

A Sol Securitizadora mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

A DIRETORIA

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Sol Securitizadora S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sol Securitizadora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 14 de agosto (data de início das operações) a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sol Securitizadora S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 14 de agosto (data de início das operações) a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

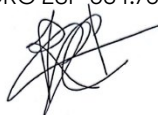
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de setembro de 2026.

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Luis Roberto Cardoso Inacio
Contador CRC 1RJ-109.628/O-0

Sol Securitizadora S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025

(Em reais/mil - R\$)

Ativo

	Notas	2025
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.163
Contas a receber	4	5.748
Outros ativos		5
Total do ativo circulante		6.916
Total do ativo não circulante		-
Total do ativo		6.916

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol Securitizadora S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025

(Em reais/mil - R\$)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2025
Passivo circulante		
Fornecedores		15
Total do passivo circulante		15
Debêntures	5	7.027
Total do passivo não circulante		7.027
Patrimônio líquido		
Capital social	6	300
Prejuízos acumulados	6.2	(426)
Total do patrimônio líquido		(126)
Total do passivo e patrimônio líquido		6.916

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol Securitizadora S.A.

Demonstração do resultado
para período iniciado em 14 de agosto e findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais/mil - R\$)

	Notas	2025
Receita operacional líquida	7	168
Lucro bruto		168
Receitas e (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	8	(281)
Outras receitas e despesas operacionais		(61)
		(342)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(174)
Receitas financeira	9	21
Despesas financeira	9	(273)
Resultado financeiro		(252)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(426)
Imposto de renda e contribuição diferido		-
Prejuízo líquido do período		(426)
Prejuízo por ação		
Prejuízo básico por ação		(1,42)
Prejuízo do período		(426)
Quantidade de ação (mil)		300

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol Securitizadora S.A.

Demonstração do resultado abrangente
para período iniciado em 14 de agosto e findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais/mil - R\$)

	2025
Prejuízo líquido do período	(426)
Outros resultados abrangentes	-
Total de resultado abrangente do período	(426)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol Securitizadora S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Período iniciado em 14 de agosto e findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais/mil - R\$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Reserva legal	Reserva estatutária	Total do patrimônio líquido
Saldos em 14 de agosto de 2025	-	-	-	-	-
Aporte de capital social	300	-	-	-	300
Prejuízo líquido do período	-	(426)	-	-	(426)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	300	(426)	-	-	(126)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol Securitizadora S.A.

Demonstração do fluxo de caixa – método indireto
para período iniciado em 14 de agosto e findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais/mil - R\$)

	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo líquido	(426)
Ajustes por:	
Contas a receber	(5.748)
Outros créditos	(4)
(Aumento) diminuição em passivos operacionais:	
Fornecedores	14
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(6.164)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de debêntures	6.756
Juros de debêntures a vencer	271
Aporte de Capital	300
Caixa líquido gerado das atividades de financiamento	1.163
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.163
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	1.163

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Sol Securitizadora S.A. ("Companhia") domiciliada na Rua Dr. Tirso Martins, 100, Conj. 707, Vila Mariana, São Paulo - SP, fundada em agosto de 2025. É uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objetivo de transformar direitos de recebimento futuro (chamados de recebíveis) em recursos imediatos para empresas ou instituições.

A Companhia tem por objeto a realização de operações de securitização, consistentes na aquisição de direitos creditórios e outros recebíveis, transformando fluxos futuros de recebimento em recursos financeiros imediatos para empresas e instituições. Para tanto, atua na estruturação e emissão de títulos lastreados nesses ativos, conectando originadores de créditos e investidores no mercado de capitais.

2. Base de preparação e apresentação da demonstração financeira

A Companhia foi constituída em agosto de 2025, sendo este o seu primeiro exercício social. Em razão disso, as presentes demonstrações financeiras referem-se ao período iniciando em 14 de agosto e 31 de dezembro de 2025 e não são apresentadas com valores comparativos, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com as alterações da Lei 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, pronunciamentos contábeis.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 11 de setembro de 2026.

2.2. Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos nos balanços patrimoniais com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data de encerramento do período;
- Está classificado como caixa ou equivalente de caixa, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data de encerramento do período.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data de encerramento do período; a Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data de encerramento do período.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.3. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações financeiras.

2.4. Reconhecimento de receitas

2.4.1. Recebíveis

As receitas relacionadas aos recebíveis adquiridos pela Companhia são reconhecidas pelo regime de competência, à medida que são auferidas e quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros e seu valor puder ser mensurado de forma confiável.

Os rendimentos decorrentes da aquisição de direitos creditórios e demais recebíveis são apropriados ao resultado ao longo do prazo das operações, utilizando-se, quando aplicável, o método da taxa efetiva de juros. Eventuais ganhos na cessão, estruturação ou administração de operações de securitização são reconhecidos de acordo com a natureza dos serviços prestados e das obrigações contratuais assumidas pela Companhia.

Os recebíveis são registrados inicialmente pelo valor justo da contraprestação paga e, posteriormente, mensurados conforme a política contábil aplicável à classificação desses ativos financeiros.

2.4.2. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida no resultado pelo regime de competência, com base no prazo decorrido e na taxa de juros efetiva aplicável a cada operação. Os juros incidentes sobre os direitos creditórios, recebíveis e demais ativos financeiros da Companhia são apropriados ao resultado ao longo do período contratual das operações, independentemente do efetivo recebimento financeiro.

Quando aplicável, a mensuração da receita de juros considera o método da taxa efetiva de juros, que incorpora os fluxos de caixa estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro. Eventuais receitas de juros em atraso são reconhecidas de acordo com a expectativa de realização e as políticas de avaliação de perda de crédito adotadas pela Companhia.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.6. Principais políticas contábeis

2.6.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, direitos creditórios adquiridos para fins de securitização, contas a receber, títulos emitidos no âmbito das operações de securitização e demais ativos e passivos financeiros.

Os ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição, quando aplicável. Após o reconhecimento inicial, são mensurados de acordo com sua classificação, observadas as características dos fluxos de caixa contratuais e o modelo de negócios adotado pela Companhia, nos termos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Administração avaliou a carteira sob a metodologia de perdas esperadas prevista no CPC 48 e concluiu que não havia perda estimada relevante que justificasse constituição de provisão em 31 de dezembro de 2025.

Os direitos creditórios adquiridos para fins de securitização são, em regra, mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, desde que sejam mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e que esses fluxos representem exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. As receitas financeiras decorrentes desses ativos são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, direitos creditórios adquiridos para fins de securitização, contas a receber e outros ativos financeiros decorrentes de suas atividades operacionais.

i. Custo amortizado

Quando um ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais e quando os termos contratuais do instrumento dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

ii. Valor justo por meio do resultado (“VJR”)

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensuração ao custo amortizado acima mencionados são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório e os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são registrados pelo regime de competência na demonstração do resultado, nas rubricas “Receitas financeiras” e “Despesas financeiras”, respectivamente.

Passivos financeiros:

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

São baixados quando extintos, cancelados ou liquidados.

2.6.2. Risco de Créditos

O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes da inadimplência dos devedores dos direitos creditórios adquiridos no âmbito das operações de securitização.

A Companhia monitora continuamente a qualidade dos ativos adquiridos, considerando histórico de pagamento, garantias associadas e características dos cedentes e sacados. Quando aplicável, são constituídas provisões para perdas de crédito esperadas, conforme CPC 48 (IFRS 9).

i. O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar suas obrigações financeiras nos prazos estabelecidos. A gestão desse risco é realizada por meio do acompanhamento contínuo do fluxo de caixa e da compatibilização entre os vencimentos dos ativos e passivos financeiros, buscando manter liquidez adequada para suas operações.

ii. O risco de mercado decorre da possibilidade de variações nas taxas de juros e demais indicadores financeiros impactarem o valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia. A Companhia monitora suas exposições a taxas de juros, buscando manter compatibilidade entre ativos e passivos indexados a tais indicadores, reduzindo assim possíveis descasamentos.

2.7. Estrutura das Operações de Securitização

A operação da securitização consiste na aquisição de direitos creditórios originados por terceiros, os quais são utilizados como lastro para a emissão de títulos ou valores mobiliários destinados a investidores.

Os fluxos financeiros decorrentes dos recebíveis são utilizados para o pagamento dos títulos emitidos, conforme estrutura de cada operação.

A Companhia atua na estruturação e administração dessas operações, podendo envolver diferentes classes de risco e subordinação entre investidores.

2.8. Receita de Securitização e Estruturação

As receitas da Companhia incluem, principalmente, receitas de juros sobre direitos creditórios, taxas de estruturação, administração e outras receitas relacionadas às operações de securitização.

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência, conforme a execução dos serviços prestados ou o decurso do prazo das operações, quando aplicável.

2.9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

Imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Resultado de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

2.10. Fornecedores

Refere-se a obrigações a pagar pela aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as obrigações a pagar com fornecedores são apresentadas como passivo não circulante.

As obrigações a pagar com fornecedores são reconhecidas pelo seu valor nominal, atualizadas pelas respectivas taxas de contratos quando aplicável, e são equivalentes ao seu valor justo.

2.11. Moeda funcional

A Companhia tem como moeda funcional o Real (R\$), por ser a moeda do principal ambiente econômico em que desenvolve suas atividades. Consequentemente, as demonstrações financeiras referentes ao período de 14 de agosto até 31 de dezembro de 2025 estão apresentadas em Reais (R\$), que também correspondem à sua moeda de apresentação.

Considerando que a Companhia realiza suas operações substancialmente em moeda nacional, não foram identificadas transações, ativos ou passivos relevantes denominados em moeda estrangeira durante o período de 2025.

2.12. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

A Companhia não possui provisões para contingências, passivos contingentes ou obrigações legais que requeiram reconhecimento ou divulgação nas demonstrações financeiras, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2025
Caixas e bancos	1.155
Aplicações financeiras (a)	8
Total	1.163

(a) As aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificado de Depósito Bancário (CDB) – BB Rende Fácil, do Banco do Brasil, com liquidez diária e classificados como equivalentes de caixa, por serem prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estarem sujeitos a risco insignificante de mudança de benchmark

4. Contas a receber - Direitos creditórios adquiridos

A composição dos direitos creditórios adquiridos pela Companhia em 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

	2025
Direitos creditórios adquiridos	5.748
	5.748

O saldo refere-se a direitos creditórios adquiridos no âmbito de operações de securitização, representando direitos de recebimento originados de contratos comerciais cedidos à Companhia. Os direitos creditórios conferem à Companhia o direito aos fluxos financeiros futuros previstos contratualmente e são registrados, após o reconhecimento inicial, ao custo amortizado, quando atendidos os critérios estabelecidos no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Administração realiza o acompanhamento contínuo da carteira de direitos creditórios, monitorando o comportamento dos recebimentos, a qualidade de crédito dos devedores, a existência de garantias e demais mecanismos de mitigação de risco, bem como fatores econômicos e setoriais que possam impactar a recuperabilidade dos ativos.

A distribuição da carteira por faixa de vencimento (*aging list*) em 31 de dezembro de 2025 é apresentada a seguir:

Faixa de vencimento	Valor
Vencido	-
A receber a vista	5.748
A vencer até 30 dias	-
A vencer até 31 a 60 dias	-
A vencer maior que 60 dias	-
Total da carteira	5.748

O saldo refere-se a direitos creditórios adquiridos no âmbito de operação estruturada, representando fluxos futuros de recebimento oriundos de contratos comerciais cedidos à Companhia.

As debêntures são captações com partes relacionadas. Não são conversíveis em ações da Companhia e possuem vencimento em setembro de 2027. As taxas de juros foram fixadas em 1% a.m. + CDI.

5. Debêntures

	2025
Passivo não circulante	(7.027)
Total	(7.027)

Data	Quantidade	PU'S de emissão	Cautelas	Saldo Data-Base	Rendimentos
14/10/25	355	1.030,248431	01/01/2025	385	20
20/10/25	354	1.033,22382	04/01/2025	1.152	55
23/10/25	353	1.037,204376	07/01/2025	1.149	52
28/10/25	352	1.040,199853	10/01/2025	1.146	48
31/10/25	351	1.043,203982	13/01/2025	1.143	45
12/11/25	143	1.050,247399	16/01/2025	465	15
24/11/25	142	1.058,355268	23/01/2025	1.079	30
12/12/25	117	1.072,694942	27/01/2025	508	6
				7.027	271

6. Patrimônio líquido

6.1. Capital social

O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é composto por 300.000 (trezentas mil) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

A composição acionária do capital social em 31 de dezembro de 2025 é apresentada a seguir:

Acionista	Ações ordinárias	Participação (%)
Loure Serviços Ltda.	270	90,00%
MCG Consultoria Emp. Ltda.	30	10,00%
Total	300	100,00%

As ações ordinárias conferem aos seus titulares os direitos previstos no Estatuto Social da Companhia e na legislação societária aplicável. As ações não possuem valor nominal.

6.2. Prejuízo acumulado

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízo no período, no montante de R\$ 426, registrado no patrimônio líquido como prejuízo acumulado.

O prejuízo por ação do período findo em 2025 foi calculado com base no prejuízo atribuível aos acionistas e na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, conforme demonstrado a seguir:

	2025
Prejuízo do período (R\$)	426
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	300
Prejuízo por ação (R\$)	(1,42)

6.3. Dividendos mínimos obrigatórios

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e a legislação societária vigente, os acionistas têm direito ao recebimento de dividendos mínimos obrigatórios, calculados sobre o lucro líquido ajustado do exercício, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2025, em decorrência do prejuízo apurado no período, no montante de R\$ 426, não houve base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios. Dessa forma, não foram constituídos dividendos obrigatórios a pagar ou propostos dividendos aos acionistas referentes ao período de 2025.

A Administração avaliará eventual destinação de resultados acumulados futuros, observadas as disposições legais, estatutárias e as deliberações dos acionistas.

7. Receita operacional líquida

A receita auferida do período de 14 de agosto até em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$168, refere-se, substancialmente, às receitas decorrentes da prestação de serviços relacionados às atividades de securitização realizadas pela Companhia, reconhecidas à medida que os serviços são prestados, em conformidade com os respectivos contratos e com os critérios de reconhecimento de receita aplicáveis.

	2025
Receitas de prestação de serviços	168
Receita Operacional Líquida	168

8. Despesas operacional líquida

	2025
Despesas - Marketing	(60)
Despesas - Comunicação	(1)
Despesas com vendas	(61)
Despesas - Pessoal	(51)
Despesas - Consultoria	(212)
Despesas - Tecnologia da informação	(10)
Despesas - Aluguel	(8)
Despesas gerais e administrativas	(281)

9. Resultado financeiro

	2025
Despesas financeiras	
Juros sobre debêntures	(271)
Despesa financeira	(2)
Total	(273)
Receita financeira	
Rendimentos sobre aplicações financeiras	21
Total	21

Os juros sobre debêntures, no montante de R\$ 271, foram apropriados ao resultado e incorporados ao saldo da dívida, não representando desembolso de caixa no período. Assim, esse valor não produziu efeito sobre o caixa ou sobre o fluxo de caixa

10. Gerenciamento de risco financeiro

O gerenciamento desses riscos é realizado pela Administração por meio do monitoramento contínuo das operações, buscando minimizar potenciais impactos sobre sua posição financeira e patrimonial.

a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelos devedores dos direitos creditórios adquiridos, de suas obrigações contratuais.

A Companhia realiza análise prévia dos ativos adquiridos e acompanha periodicamente o desempenho da carteira de recebíveis, considerando critérios de elegibilidade, histórico de inadimplência e concentração de exposição.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado à capacidade de a Companhia honrar seus compromissos financeiros nos vencimentos contratados.

A Administração acompanha permanentemente o fluxo de caixa projetado e mantém recursos em caixa e equivalentes de caixa para suportar suas necessidades operacionais de curto prazo.

c) Risco de mercado

O risco de mercado refere-se à possibilidade de oscilações em taxas de juros e demais variáveis financeiras afetarem os resultados da Companhia.

A principal exposição da Companhia está relacionada aos encargos financeiros incidentes sobre as debêntures emitidas e aos rendimentos gerados pelas aplicações financeiras e direitos creditórios mantidos em carteira.

A Administração monitora continuamente o descasamento entre ativos e passivos financeiros, buscando reduzir impactos decorrentes de variações de taxas de juros.

11. Valor justo dos Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

Avaliação do modelo de negócio para definição das classificações dos instrumentos financeiros

A Companhia possui instrumentos financeiros que são reconhecidos e mensurados ao custo amortizado, incluindo caixa e equivalentes de caixa, direitos creditórios, fornecedores e debêntures emitidas.

Os valores contábeis desses instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras aproximam-se de seus respectivos valores justos em razão de:

- sua natureza e prazos de realização ou liquidação;
- das condições contratuais vigentes;
- e do fato de serem instrumentos financeiros de curto prazo ou contratados a taxas que refletem as condições de mercado.

A Administração não mantém ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo de forma recorrente nas demonstrações financeiras.

Descrição	Valor Contábil (R\$)	Valor Justo Estimado (R\$)
Caixa e equivalentes de caixa	1.163	1.163
Direitos creditórios	5.748	5.748
Fornecedores	14	14
Debêntures a vencer	7.027	7.027

A estimativa do valor justo foi efetuada com base nas informações disponíveis na data das demonstrações financeiras e em metodologias de avaliação consideradas apropriadas pela

Administração. Entretanto, devido ao uso de julgamentos e premissas, os valores justos estimados não devem ser interpretados como valores que seriam necessariamente obtidos em uma eventual negociação dos instrumentos financeiros.

A Administração entende que os valores contábeis dos instrumentos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras representam adequadamente seus valores justos na data-base das demonstrações financeiras.

11.1 Hierarquia de Valor Justo

A Administração não mantém ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo de forma recorrente nas demonstrações financeiras.

Para fins de divulgação, as mensurações de valor justo são classificadas em uma hierarquia que reflete a relevância e a observabilidade das informações utilizadas nas técnicas de avaliação, conforme os seguintes níveis:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade tenha acesso na data de mensuração;
- Nível 2: informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, que não sejam preços cotados incluídos no Nível 1; e
- Nível 3: informações não observáveis no mercado, utilizadas quando não existem dados observáveis disponíveis para a mensuração do valor justo.

Na data das demonstrações financeiras, a Administração entende que os valores contábeis dos instrumentos financeiros apresentados representam adequadamente seus respectivos valores justos, considerando a natureza, os prazos e as características dos instrumentos.

Dessa forma, os valores contábeis e os valores justos estimados dos principais instrumentos financeiros são apresentados a seguir:

Descrição	Valor Contábil (R\$)	Valor Justo Estimado (R\$)	
Caixa e equivalentes de caixa	1.163	1.163	Nível 1
Direitos creditórios	5.748	5.748	Nível 2
Fornecedores	14	14	Nível 2
Debêntures a vencer	7.027	7.027	Nível 2

A estimativa do valor justo foi efetuada com base nas informações disponíveis na data das demonstrações financeiras e em metodologias de avaliação consideradas apropriadas pela Administração. Entretanto, devido ao uso de julgamentos e premissas, os valores justos estimados não devem ser interpretados como valores que seriam necessariamente obtidos em uma eventual negociação dos instrumentos financeiros.

Considerando que os valores contábeis apresentados são equivalentes aos valores justos estimados, não foram identificadas diferenças relevantes entre o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros na data-base das demonstrações financeiras.

12 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Administração avaliou, na data-base das demonstrações financeiras, a existência de ativos contingentes, passivos contingentes e obrigações legais.

Com base nas informações disponíveis e na avaliação da Administração, suportada, quando aplicável, por seus assessores jurídicos, a Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais relevantes, bem como não mantém ativos contingentes, passivos contingentes ou obrigações legais que requeiram reconhecimento contábil ou divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

Dessa forma, não foram constituídas provisões para contingências nem identificadas obrigações legais a serem divulgadas na data de encerramento do período.

13. Partes relacionadas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve transações com partes relacionadas, realizada no curso normal de seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2025, o principal saldo com partes relacionadas refere-se à emissão de debêntures, classificada no passivo não circulante, no montante de R\$ 7.027 mil, contratada com empresa do mesmo grupo econômico.

As principais condições da operação são:

- Valor do saldo em 31/12/2025: R\$ 7.027 mil;
- Classificação: Passivo não circulante;
- Remuneração: conforme previsto na escritura de emissão;
- Vencimento: conforme cronograma contratual;

Garantias: conforme estabelecido no instrumento contratual.

A Administração declara que as transações com partes relacionadas foram realizadas em bases contratuais acordadas entre as partes e devidamente registradas nas demonstrações contábeis, segundo o CPC 05 (R1).

14. Eventos subsequentes

Conforme requerido pelo CPC 24 – Evento Subsequente, a Companhia avaliou os eventos ocorridos entre a data de encerramento das demonstrações financeiras e a data de autorização para emissão dessas demonstrações.

Até a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados eventos subsequentes relevantes, favoráveis ou desfavoráveis, que pudessem impactar de forma significativa a posição patrimonial, financeira ou os resultados da Companhia e que demandassem ajustes ou divulgação específica nas demonstrações financeiras.

Célia Miranda da Silva

CÉLIA MIRANDA DA SILVA
Contador(a) - CRC 1SP339030

Vilson Luiz Guimarães

VILSON LUIZ GUIMARÃES
DIRETOR PRESIDENTE

267TD-015-PB Sol Securitizadora (EF).pdf

Documento número #c58ce2dc-937e-4878-9b45-574de12e57c6

Hash do documento original (SHA256): ff8305fc70e1e01ae4af5a60faaa5b577d846a62de21e914ff185d4dad2100ad

Assinaturas

✓ **Célia Miranda da Silva**

CPF: 256.066.478-00

Assinou como contador(a) em 11 set 2026 às 19:19:52



Célia Miranda da Silva

✓ **Vilson Luiz Guimarães**

CPF: 119.437.568-56

Assinou como diretor(a) em 11 set 2026 às 19:21:27



Vilson Luiz Guimarães

Log

- 11 set 2026, 19:17:23 Operador com email celia@solsf.digital na Conta d77a9494-c071-4b38-be94-c153d5175300 criou este documento número c58ce2dc-937e-4878-9b45-574de12e57c6. Data limite para assinatura do documento: 11 de outubro de 2026 (19:17). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 11 set 2026, 19:19:06 Operador com email celia@solsf.digital na Conta d77a9494-c071-4b38-be94-c153d5175300 adicionou à Lista de Assinatura: celia@solsf.com.br para assinar como contador(a), via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Célia Miranda da Silva e CPF 256.066.478-00.
- 11 set 2026, 19:19:06 Operador com email celia@solsf.digital na Conta d77a9494-c071-4b38-be94-c153d5175300 adicionou à Lista de Assinatura: wilson@mcgsolucoes.business para assinar como diretor(a), via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Vilson Luiz Guimarães e CPF 119.437.568-56.
- 11 set 2026, 19:19:52 Célia Miranda da Silva assinou como contador(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail celia@solsf.com.br. CPF informado: 256.066.478-00. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo f4081d(...), vide anexo manuscript_11 set 2026, 19-19-40.png. IP: 177.152.100.156. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.45276546958726 e longitude -46.42855604826168. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1513.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

-
- 11 set 2026, 19:21:27 Vilson Luiz Guimarães assinou como diretor(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail vilson@mcgsolucoes.business. CPF informado: 119.437.568-56. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 1b8820(...), vide anexo manuscript_11 set 2026, 19-21-09.png. IP: 189.96.238.50. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.9653179 e longitude -46.3321136. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1513.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 11 set 2026, 19:21:39 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número c58ce2dc-937e-4878-9b45-574de12e57c6.
-



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº c58ce2dc-937e-4878-9b45-574de12e57c6, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

Anexos

Célia Miranda da Silva

Assinou o documento enquanto contador(a) em 11 set 2026 às 19:19:52

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo f4081d(...)



Célia Miranda da Silva
manuscript_11 set 2026, 19-19-40.png

Vilson Luiz Guimarães

Assinou o documento enquanto diretor(a) em 11 set 2026 às 19:21:27

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 1b8820(...)



Vilson Luiz Guimarães
manuscript_11 set 2026, 19-21-09.png